



# A PETROBRÁS E O PROCESSO DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE ENERGIA

Paulo Vieira Belotti

**P**ara maior clareza na exposição do processo de investimento no setor petróleo convém, preliminarmente, recordar tanto as circunstâncias que tornaram necessária a implantação da indústria petrolífera em nosso País, quanto os argumentos que justificaram que esta implantação fosse feita através de um monopólio estatal.

O surto industrial iniciado no Brasil como consequência da retratação imposta ao comércio internacional pela II Grande Guerra, alterou significativamente a estrutura do balanço energético nacional. De acordo com dados levantados pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, o crescimento anual médio do consumo de energia do País foi de somente 2,8% durante a última Grande Guerra. No pós-guerra acelerou-se a expansão da demanda energética, registrando-se uma taxa de 7,2% a.a. entre 1945 e 1952. Esta aceleração torna-se ainda mais significativa se considerarmos que, neste

período, intensificou-se a substituição das fontes não comerciais de produção de energia pelo petróleo. Assim, a participação dos combustíveis derivados de petróleo na oferta global de energia, que se mantivera praticamente inalterada durante a guerra, elevou-se de 17% em 1945 para mais de 41% em 1952.

Como eram incipientes a produção nacional de petróleo e a capacidade de refino do País, o atendimento da crescente demanda de combustíveis líquidos passou a onerar pesada e progressivamente o nosso balanço de pagamentos, chegando a 12% do valor total de nossas exportações em 1951 e elevando-se para 18% no ano seguinte. Estes percentuais, que hoje seriam considerados extremamente favoráveis para nossa economia, constituíam-se, no estágio em que ela se encontrava, séria ameaça à continuidade de seu processo de industrialização. Para fazer frente a esta ameaça, impunha-se implantar rapidamente, em nosso País,



uma indústria petrolífera que, assegurando o atendimento da demanda interna de combustíveis líquidos, aliviasse nosso balanço de pagamentos pela redução progressiva do peso dos derivados de petróleo.

Tendo em vista que o empresariado nacional não dispunha dos vultosos recursos exigidos pelo empreendimento e aos consórcios internacionais não interessava realizá-lo, notadamente na parte relativa à pesquisa de petróleo, restava ao Estado assumir a responsabilidade pela implantação da indústria petrolífera nacional, o que foi feito com a instituição do monopólio estatal no setor, através da Lei 2.004, de 03.10.1953.

As atividades de execução do monopólio — exploração, produção, refinação e transporte — foram conferidas a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, cabendo ao Conselho Nacional do Petróleo — CNP — orientar e fiscalizar a política governamental para o setor, superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo e derivados, bem como fixar o preço destes últimos.

Para que pudesse cumprir suas finalidades, a PETROBRÁS foi definida como um serviço público descentralizado que deveria assumir a forma e o estilo das grandes sociedades privadas. Assim, o seu sucesso dependeria tanto de uma concepção básica de organização adequada à grande empresa moderna e às peculiaridades da indústria de petróleo, quanto da criação de instrumentos capazes de permitir ao governo o efetivo exercício de seu controle sobre ela, sem restringir-lhe a flexibilidade de gestão que o legislador reconheceu como indispensável para a plena consumação de seus objetivos.

Tendo em vista a ampla diferenciação e o elevado grau de interdependência que caracterizam os segmentos que constituem a indústria do petróleo, a estrutura da PETROBRÁS assumiu uma forma que, possibilitando a especialização e a integração de suas atividades, assegurou condições para que o desenvolvimento do sistema, em seu conjunto, se processasse de maneira harmônica e com aumento de seus padrões de eficiência operacional, como vem ocorrendo até hoje.

Os instrumentos destinados a possibilitar o controle governamental sobre a PETROBRÁS, sem restringir-lhe a flexibilidade indispensável para o exercício de sua gestão, foram sendo continuamente aperfeiçoados, valendo destacar a Reforma Administrativa iniciada pela promulgação de Decreto Lei 200 de 25.01.1967. A partir daí, através de numerosos textos legais, criou-se o Sistema de Planejamento Federal que hoje estabelece as diretrizes básicas, orienta e controla a ação governamental no campo econômico e social, coordenando a elaboração, promovendo a integração e acompanhando o exercício dos planos e programas regionais e setoriais.

O aperfeiçoamento deste Sistema vem sendo buscado através de diversas iniciativas entre as quais se inclui a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — SEST. Entretanto, muito ainda há por fazer para que seja plenamente alcançado o objetivo do Sistema de Planejamento Federal.

Embora o mercado internacional do petróleo atravessasse momentaneamente uma situação favorável em matéria de abastecimento mundial, caracterizada especialmente pela retração da demanda e por preços estáveis, essa conjuntura não muda as perspectivas da necessidade



de minorar a participação relativa do petróleo na estrutura energética mundial. Assim, o planejamento energético, especialmente nos países dependentes de suprimento externo do petróleo, deve persistir no aproveitamento de fontes energéticas próprias, bem como na redução do consumo de petróleo, de forma a minimizar os gastos cambiais.

O concurso da empresa pública neste particular é altamente significativo, tendo em vista seus vínculos mais estreitos com o planejamento e objetivos governamentais.

A intensificação do planejamento governamental na área energética é uma tendência internacional nos países de economia de mercado. Nos Estados Unidos por exemplo, o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas não está desvinculado de uma coordenação pelo Governo, que conta como uma empresa pública (SYNFUEL CORPORATION) para, em associação com empresas privadas, desenvolver a produção de combustíveis sintéticos.

Em que pese a redução do ritmo de crescimento da demanda mundial de energia e os esforços para o desenvolvimento de fontes alternativas, o petróleo deverá continuar sendo a principal fonte energética ainda por muito tempo. Também no Brasil, a projeção do comportamento do consumo de energia primária, elaborada pelo Ministério das Minas e Energia, indica que a participação do petróleo continuará relevante, embora gradativamente, como conseqüência direta da Política Energética do Governo no esforço de conservar e substituir o petróleo.

Embora com sacrifícios, é indiscutível que o País dispõe de meios para ajustar sua economia à nova realidade mundial, preservando o seu desenvolvimento

econômico. E, dentro desse objetivo, a PETROBRÁS se constitui num instrumento decisivo, não só no sentido de aumentar a disponibilidade nacional de hidrocarbonetos, como também pela contribuição, em termos de economia de divisas, decorrente de suas atividades de abastecimento — comercialização, transporte e refinação do petróleo — e do trabalho de suas subsidiárias nos setores da petroquímica, fertilizantes, mineração, distribuição, comércio internacional, e exploração e produção de petróleo no exterior.

Por ser empresa estatal, na programação de suas atividades a PETROBRÁS coloca sempre em primeiro plano os objetivos e diretrizes nacionais, que se sobrepõem às motivações puramente empresariais. Dessa forma, mesmo em detrimento do lucro — principal fonte de seus recursos — a PETROBRÁS procura contribuir efetivamente para a redução do desequilíbrio cambial e do ritmo do processo inflacionário.

Tratando-se de empresa pública, que tem os preços dos seus produtos fixados pelo Governo e que cumpre diretrizes de interesse nacional, a formação do lucro fica, de fato, condicionada ao atendimento daquelas diretrizes e ao esforço permanente de minimização de custos. No entanto, a PETROBRÁS não pode prescindir de lucro compatível com seus elevados investimentos, principalmente na área de exploração e de produção de petróleo.

No campo da exploração, os investimentos são orientados no sentido de definir o potencial petrolífero do País no menor prazo possível. O conhecimento geológico de uma área e as sutilezas características de determinados prospectos fazem com que a exploração de petróleo seja um processo que obede-



ce a uma seqüência de fases. O esforço exploratório vem sendo orientado com base em informações geológicas, as mais completas possíveis, evitando-se deste modo os desperdícios ocasionados pelas perfurações ao acaso, pois deve-se ter presente que a parcela mais representativa dos gastos exploratórios (cerca de 80%) refere-se à perfuração, e 20% relativos a estudos geológicos que precedem a locação do poço a perfurar. Gasta-se, portanto, 20% em busca de garantias para a principal parcela do investimento. É por isso que a intensificação das perfurações exploratórias se dá nas áreas mais promissoras, definidas por investigações geológicas e geofísicas e pelos resultados das perfurações pioneiras. A atuação da empresa se faz, portanto, de modo a maximizar a eficiência da aplicação dos recursos disponíveis.

As atividades de exploração e produção de petróleo, desde a criação da PETROBRÁS, vêm recebendo prioridade sobre as demais e seus investimentos têm apresentado tendência crescente. Em termos reais, ou seja, a preços médios do 1º semestre de 1981, as aplicações, que em 1961 eram da ordem de Cr\$ 11,6 bilhões, elevaram-se para Cr\$ 18,5 bilhões em 1968, atingindo Cr\$ 28,5 bilhões em 1973. Em 1980, essas aplicações somaram Cr\$ 123,4 bilhões e, no ano em curso deverão alcançar cerca de Cr\$ 200 bilhões, ou seja 88% dos investimentos diretos da Companhia. (Quadros I e II).

O Plano de Atividades da PETROBRÁS para o período 1981/85 estabelece que a pesquisa, exploração e desenvolvimento da produção de petróleo continuarão absorvendo a maior parcela dos recursos disponíveis pela Empresa. Não se pode desconhecer a dificuldade tec-

nológica para a exploração de petróleo nas bacias sedimentares brasileiras denominadas paleozóicas. O progresso verificado na tecnologia da geofísica está em grande parte vencendo essa dificuldade.

**QUADRO I**  
**Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS**  
**Investimentos em Exploração e**  
**Produção**

Cr\$ 1.000  
A preços médios do 1º sem/1981

Anos	Total
1954	608.595
1955	2.133.532
1956	3.713.342
1957	7.374.942
1958	10.817.872
1959	8.355.038
1960	8.592.714
1961	11.565.266
1962	13.818.488
1963	15.137.936
1964	15.688.945
1965	18.437.446
1966	18.440.194
1967	18.824.841
1968	18.493.256
1969	20.133.578
1970	23.875.662
1971	20.246.074
1972	24.315.156
1973	28.519.172
1974	36.776.296
1975	50.232.045
1976	62.512.809
1977	70.422.928
1978	83.681.755
1979	99.078.809
1980	123.431.019
1981 (*)	202.110.000

(\*) Previsão constante do Programa de Dispendios Globais — 1981.



## QUADRO II

Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS  
Previsão dos Investimentos Diretos  
em 1981

Atividade	Valor (Cr\$ milhões)	%
Exploração e Produção	202.110	87,8
Refinação	7.933	3,4
Transporte e Terminais	17.022	7,4
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	1.693	0,7
Xisto	940	0,4
Carvão	372	0,2
Administração e Comercialização	153	0,1
<b>Total</b>	<b>230.223</b>	<b>100,0</b>

Esse tipo de bacia, que ocupa 85% da área sedimentar terrestre brasileira retém somente 1% das reservas mundiais, enquanto que o tipo de bacia onde se encontra cerca de 50% das reservas mundiais não existe no Brasil.

Apesar das dificuldades de ordem geológica, os resultados alcançados são altamente compensadores. Foram descobertos cerca de 3 bilhões de barris de petróleo em forma de óleo, gás natural e líquido de gás natural. As reservas atuais de petróleo já permitem aumentar a produção da ordem de 224.000 b/d, para cerca de 400.000 barris por dia em 1985, propiciando uma economia de divisas superior a US\$ 4,5 bilhões por ano, aos preços atuais do petróleo.

Ainda no tocante à exploração, tendo em vista o objetivo de se avaliar o po-

tencial petrolífero do País no mais breve prazo, o programa para o quinquênio estabelece a prospeção das áreas reservadas para a exploração direta da PETROBRÁS, com ênfase na plataforma continental. Acha-se programado o levantamento de 320 mil km de linhas sísmicas na plataforma continental, sendo 100 mil km em água com profundidade superior a 200 metros, e de cerca de 50 mil km de perfis sísmográficos nas bacias terrestres, de forma a permitir a perfuração exploratória eficiente de cerca de 3 milhões de metros no mar e de 2 milhões em áreas terrestres.

Essas atividades estão conjugadas com estratégias de produção que permitem colocar em regime operacional, no mais curto prazo possível, os campos descobertos, dentro das melhores práticas conhecidas pela indústria do petróleo para maximizar a recuperação do óleo contido nos reservatórios. Além disso, serão realizados os investimentos necessários à operação de campos resultantes das futuras descobertas no período, dentro do objetivo de procurar alcançar a meta governamental de um nível de produção global de 500 mil barris por dia em 1985, meta compatível com índices de sucesso obtidos pela empresa nos últimos anos.

Paralelamente ao incessante trabalho para aumentar a oferta interna de hidrocarbonetos, a PETROBRÁS consolidou a implantação da infra-estrutura industrial e de serviços indispensáveis ao pleno atendimento das necessidades nacionais de petróleo e seus derivados.

Os investimentos nas atividades de refinação, transporte e comercialização, que compõem o sistema de abastecimento, são orientados de forma integrada, a fim de minimizar os custos a serem transferidos para o consumidor e dentro



do objetivo global de contribuir para a economia de divisas. Neste particular, cumpre ressaltar o papel da empresa pública em assegurar a continuidade no atendimento do mercado de derivados em um País de proporções continentais, que conta com regiões de difícil acesso.

A atividade de refinação desenvolvida pela Companhia ao longo do tempo teve como finalidade precípua alcançar e manter a auto-suficiência na produção de derivados de petróleo, com vistas não só a reduzir o dispêndio de divisas com importação destes produtos, como, ainda, gerar recursos indispensáveis aos sempre crescentes programas de investimento, notadamente na exploração e produção de petróleo. A localização e a estrutura de produção das refinarias da Companhia têm sido estabelecidas em consonância com as características do mercado nacional, levando-se em consideração as suas necessidades regionais, procurando minimizar, além dos custos de refinação, os do transporte de petróleo e derivados.

A capacidade de refinação da PETROBRÁS contempla folga adequada às flutuações do mercado interno e aos riscos de paralização acidental de alguma refinaria, além de permitir maior flexibilidade na escolha do elenco de petróleos, o que possibilita maior economia cambial. Essa folga de capacidade tem sido utilizada para a exportação de eventuais excedentes, com vantagem cambial para o País.

As atividades de transporte (transporte marítimo, terminais e dutos) têm por objetivo o pleno atendimento do mercado nacional, quanto à natureza, à qualidade e à quantidade de produtos, em tempo e local pré-determinados, com adequada continuidade e ao menor custo global. Neste setor, sobressaem os in-

vestimentos em transporte marítimo destinados a reduzir os gastos cambiais com afretamento de navios. O dimensionamento e a estrutura da frota de petroleiros, entre navios próprios e afretados, levam em conta, também, as perspectivas do mercado internacional de petroleiros. Na cabotagem, a análise dos investimentos procura avaliar a maneira mais econômica de, gradualmente, atender ao preceito constitucional de auto-suficiência.

O planejamento do transporte marítimo de petróleo e derivados considera os reflexos na atividade de construção naval do País, que hoje ocupa lugar de vanguarda na América Latina e tem a PETROBRÁS como um dos seus principais incentivadores. O programa de evolução da capacidade de processamento, dos esquemas de refinação e dos empreendimentos em transporte marítimo, tancagem, terminais e dutos são estabelecidos a partir das diretrizes da política energética do País, das perspectivas de disponibilidade de petróleos e do balanço oferta/demanda de derivados no mercado internacional.

Como resultado de maior racionalização do uso e da substituição das gasolinas automotivas e dos óleos combustíveis, vem ocorrendo taxas de crescimento bem mais elevadas do consumo dos médios — óleo diesel, querosene de aviação e de iluminação — em relação aos grupos dos leves e pesados, tendência que deverá continuar nos próximos anos. Essas mudanças estruturais na demanda conduzem à necessidade de investimentos adicionais, indispensáveis para adaptação das unidades do parque nacional de refinação no sentido do integral atendimento do mercado. Deve-se ressaltar que a programação desses investimentos



torna-se necessária diante do esforço nacional para reduzir a dependência externa de petróleo, consubstanciado nas metas de desenvolvimento das fontes energéticas estabelecidas pelo Governo no Modelo Energético Brasileiro.

Dentre os programas de substituição, o Programa Nacional do Alcool prevê produção de 10,7 bilhões de litros em 1985, equivalentes a 170.000 barris/dia de petróleo. Desse volume, 9,2 bilhões deverão ser destinados ao uso automotivo e 1,5 bilhões para a álcoolquímica, a indústria farmacêutica e outros.

As metas de disponibilidade do carvão mineral, madeira e carvão vegetal para substituição do óleo combustível, através da queima direta, da queima da mistura de carvão pulverizado com combustíveis líquidos, e da gaseificação, são equivalentes a 230.000 barris/dia de petróleo. Esses programas, embora prioritários pela repercussão positiva no Balanço de Pagamentos do País, aumentam sensivelmente as dificuldades de programação do sistema de abastecimento nacional de derivados de petróleo, pelo desequilíbrio da oferta/demanda de derivados, requerendo investimentos adicionais para adequá-los à nova estrutura das necessidades energéticas. Observe-se que, dado o prazo de maturação dos investimentos necessários ao abastecimento de derivados de petróleo e sua estreita vinculação à consecução das metas governamentais, a sua programação exige análise profunda em termos de avaliação do risco do País não dispor do suprimento energético com a continuidade adequada. Dada a nossa dependência externa no suprimento de petróleo, a esses aspectos internos do abastecimento somam-se ainda as incertezas quanto ao direcionamento e à evolução do mercado internacional.

Esse quadro de dificuldades somente é atenuado pelo fato de a PETROBRÁS deter o monopólio de importação de petróleo e derivados, o que cria condições para um planejamento integrado, proporcionando maior economicidade ao sistema de abastecimento. Nessa atividade, a PETROBRÁS procura assegurar, na qualidade e quantidade requeridas, na ocasião adequada e ao mínimo custo, o suprimento de petróleo importado às refinarias nacionais, bem como importar, em complementação, os derivados necessários ao atendimento da demanda interna, além de exportar os eventuais excedentes de produção.

Após a crise do petróleo, 1973/74, e especialmente depois do seu recrudescimento em 1979/80, as condições de mercado e fatores intervenientes do suprimento de petróleo e derivados assumiram características inteiramente novas. Por mais difíceis que sejam as condições do mercado, a PETROBRÁS, valendo-se de seus fortes laços comerciais e negociando diretamente com as companhias estatais dos países produtores, tem evitado qualquer interrupção no suprimento nacional de petróleo, sem recorrer ao mercado livre mesmo no auge das crises.

Com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de uma política unificada e bem definida de energia, para reduzir a nossa dependência externa, foi a PETROBRÁS incumbida de desenvolver esforços também na investigação de novas fontes energéticas alternativas, dado o interesse dessas atividades para o desenvolvimento do País. Dentro dessa orientação de aproveitamento dos recursos naturais brasileiros, a PETROBRÁS vem intensificando os trabalhos em diversas áreas de pesquisa do aproveita-



mento econômico do xisto betuminoso, já estando autorizada providências para a implantação da usina industrial em São Mateus do Sul (PR), que em sua primeira fase extrairá cerca de 25.000 b/d de óleo de xisto. Passou, também, a promover estudos do aproveitamento do carvão nacional e das possibilidades de utilização do gás de carvão como substituto do petróleo, ou como matéria-prima para indústria química, estando em início de implantação no sul do País uma usina de gaseificação do carvão.

Em consonância com as diretrizes governamentais, e objetivando desenvolver processo do Instituto Nacional de Tecnologia, a PETROBRÁS construiu e vem operando uma usina experimental, com capacidade de 60 mil litros/dia, para a produção de álcool anidro, em Curvelo, Minas Gerais, usando como matéria-prima a mandioca. Além de sua atuação direta, a Empresa constituiu seis subsidiárias que operam inclusive através de companhias controladas e coligadas, resultando num complexo industrial e comercial que realizam um trabalho de complementação econômica, atuando em áreas carentes da presença do Estado para seu pleno desenvolvimento, sempre com vistas ao interesse nacional.

### PETROQUISA

A partir de 1967, com o objetivo de possibilitar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento da indústria petroquímica e assegurar a obtenção de produtos petroquímicos básicos a preços estáveis e competitivos, foi criada a subsidiária PETROBRÁS QUÍMICA S.A. — PETROQUISA. A PETROBRÁS, assim, possibilitou a consolidação da indústria petroquímica, viabilizando a implantação e operação de dois pólos —

São Paulo e Bahia — e atualmente participa da construção do pólo do Rio Grande do Sul. A participação da iniciativa privada nacional no controle das empresas petroquímicas, elevou-se 16% em 1969 para 41% em 1979.

### PETROFÉRTIL

A partir de 1974, com a política governamental de executar um programa de produção de fertilizantes básicos, visando a redução da dependência externa do País no setor, através da ação coordenada de esforços do Governo e da iniciativa privada, a PETROBRÁS foi solicitada a dar sua colaboração, pela experiência acumulada nessa atividade. Em vista dos empreendimentos neste setor exigirem grandes investimentos e elevada escala de produção, tornou-se necessária a criação dessa nova empresa que, de imediato, se encarregou da execução de projetos cujos objetivos são os de suprir a indústria nacional com os componentes nitrogenados e fosfatados básicos para produção de fertilizantes.

### PETROBRÁS DISTRIBUIDORA

Completando suas ações no campo do suprimento de derivados de petróleo, a PETROBRÁS se lançou, a partir de 1971, na atividade de distribuição, em regime de livre competição com as empresas que operam no País há longos anos, na maioria vinculadas às grandes companhias petrolíferas internacionais. Essa atividade é orientada no sentido de complementar a área de comercialização, de forma integrada à estrutura da Empresa, assegurando o atendimento às regiões mais distantes, sob condições adversas e atender também a imperativos da segurança nacional para, em caso de



cessidade, garantir o abastecimento mínimo necessário.

### BRASPETRO

Sem prejuízo do esforço interno de pesquisa, foi criada, em 1972, uma subsidiária, com o objetivo de ampliar suas alternativas de suprimento e de economizar divisas, exercendo fora do território nacional as atividades de exploração e produção de petróleo desempenhadas internamente, favorecendo a absorção de tecnologia e do "know-how" nesse segmento de atuação. Através da ação BRASPETRO, abriram-se possibilidades para que outras empresas brasileiras pudessem se beneficiar dos resultados desse trabalho, permitindo a conquista de novos mercados para os produtos brasileiros de exportação e a comercialização de serviços de engenharia. A importância, no entanto, assumiu tal importância que foi desdobrada em uma nova subsidiária, a INTERBRÁS — PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S.A.

### INTERBRÁS

A Interbrás, como *Trading*, visa, primordialmente, promover o aumento da capacidade de exportação do País, atuando como instrumento de penetração no mercado internacional, também para pequenas e médias empresas. A atuação da INTERBRÁS se dá aproveitando oportunidades nos países onde a PETROBRÁS já realiza negociações para importação de petróleo e derivados.

### PETROMISA

O acervo de conhecimentos geológicos acumulados pela PETROBRÁS no

desenvolvimento de suas atividades de pesquisa de petróleo, nas bacias sedimentares brasileiras, levou à criação, em 1977, da PETROBRÁS MINERAÇÃO S.A. — PETROMISA, com a finalidade de produção, industrialização e comercialização de minerais, tais como sal-gema, sais de potássio e outros sais solúveis, cujas ocorrências se deram em áreas específicas objeto de pesquisa e lavra de petróleo.

Verifica-se, nessa pequena síntese, que a atuação conjunta das empresas subsidiárias complementa as atividades básicas da PETROBRÁS e é orientada, de forma integrada, para atender os interesses nacionais. Outro ponto a destacar no processo de investimento da PETROBRÁS e suas subsidiárias é, dentro da prioridade de obtenção ou economia de divisas para o País, a preferência dada a bens e serviços de origem doméstica, incentivando a participação do empresário nacional nos seus empreendimentos, beneficiando a economia interna e transferindo para o País a tecnologia indispensável ao seu desenvolvimento e à especialização de mão-de-obra.

No setor de fabricação de materiais e equipamentos continuará marcante o estímulo para substituir produtos importados, reforçando a diretriz da nacionalização, intensificando o relacionamento com os fabricantes nacionais, buscando transmitir conhecimentos e colaborando na absorção de novas tecnologias, atuação que contribui de forma relevante para o surgimento de uma constelação de indústrias privadas e a ampliação do mercado interno de mão-de-obra.

Cabe, finalizando, reafirmar que o processo de investimentos da PETROBRÁS, desenvolvido em consonância com os objetivos e diretrizes do planeja-



mento federal, tem procurado minimizar as dificuldades cambiais e o ritmo do processo inflacionário. Nesse sentido, a partir da criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — SEST, o Governo passou a estabelecer limites para os gastos das empresas estatais que, no caso da PETROBRÁS, são conjuga-

dos com a política de fixação de preços dos derivados. Essa política governamental deve tentar equacionar os naturais conflitos entre os objetivos nacionais de curto prazo (combate à inflação e correção do desequilíbrio cambial) e os de longo prazo atribuídos às empresas públicas.



*Paulo Vieira Belotti é Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil (1954) e Bacharel em Matemática pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Guanabara (1960). Possui Curso de Engenharia Nuclear na Oak Ridge School of Reactor Technology, em Oak Ridge, Tenn, EUA (1959/60). Entre as funções exercidas destacam-se as de Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio (1974/77), Presidente da Comissão Nacional do Alcool (1975/1977), Presidente do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica — COBBET — e Ministro Interino da Indústria e do Comércio em várias oportunidades. É atualmente Diretor da PETROBRÁS.*